ESCOLA DE ENGENHARIA DE PIRACICABA - EEP

Revista Científica
ENSINO E PESQUISA EM ENGENHARIAS E NEGÓCIOS (REPEN)

ECONOMIA E MERCADO INTERNACIONAL: DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS, TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

ECONOMY AND INTERNATIONAL MARKET: CONTEMPORARY DYNAMICS, STRUCTURAL TRANSFORMATIONS, AND PERSPECTIVES FOR THE 21ST CENTURY

Mário Armando Gomide Guerreiro[1]
Eder Moreira de Freitas[2]
https://orcid.org/0009-0000-7048-0175
Marcelo Socorro Zambon[3]
https://orcid.org/0009-0001-5379-3927

RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica examina, de forma sistemática e aprofundada, as principais dinâmicas que configuram a economia e o mercado internacional na contemporaneidade. A análise abrange as transformações estruturais ocorridas desde o pós-Segunda Guerra Mundial, com ênfase especial nas reconfigurações do sistema multilateral de comércio, nas teorias econômicas que fundamentam as trocas internacionais, nos processos de globalização e seus desdobramentos, nas crises financeiras sistêmicas e nos novos paradigmas de desenvolvimento econômico. Por meio de extensa revisão da literatura especializada incluindo obras seminais de Ricardo (1817), Heckscher-Ohlin (1933), Krugman (1979), Rodrik (2011), Obstfeld e Rogoff (1996), além de relatórios de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), o artigo mapeia os principais debates teóricos e empíricos sobre integração econômica regional, cadeias globais de valor, políticas comerciais protecionistas, tensões geoeconômicas e os impactos da digitalização sobre os fluxos de bens, serviços e capitais. Os resultados da revisão indicam que a economia internacional enfrenta um momento de transição paradigmática, marcado pela erosão parcial da ordem liberal construída no pós-guerra, pelo ascenso de potências emergentes sobretudo a China, pela fragmentação das cadeias produtivas globais e pelos desafios impostos pelas transições energética e digital. Conclui-se que a compreensão rigorosa dessas transformações é condição indispensável para a formulação de políticas econômicas nacionais eficazes e para o engajamento estratégico dos países em desenvolvimento no sistema econômico internacional.

Palavras-chave: Economia internacional; Comércio internacional; Globalização; Integração econômica; Cadeias globais de valor; Política comercial; Geopolítica econômica; Desenvolvimento econômico;

[1] Doutor em Administração pela Universidade do Amazonas – UNAMA.
[2] Mestre em Administração pela Universidade do Amazonas – UNAMA.
[3] Doutor em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

ABSTRACT
This bibliographic review article systematically and thoroughly examines the main dynamics shaping the international economy and market in contemporary times. The analysis covers the structural transformations that have occurred since the post-World War II period, with special emphasis on the reconfiguration of the multilateral trade system, the economic theories underpinning international trade, globalization processes and their ramifications, systemic financial crises, and new paradigms of economic development. Through an extensive review of specialized literature including seminal works by Ricardo (1817), Heckscher-Ohlin (1933), Krugman (1979), Rodrik (2011), Obstfeld and Rogoff (1996), as well as reports from international organizations such as the International Monetary Fund (IMF), the World Bank, and the World Trade Organization (WTO) the article maps the main theoretical and empirical debates on regional economic integration, global value chains, protectionist trade policies, geo-economic tensions, and the impacts of digitalization on the flows of goods, services, and capital. The findings indicate that the international economy is experiencing a paradigmatic transition, characterized by the partial erosion of the post-war liberal order, the rise of emerging powers particularly China, the fragmentation of global production chains, and the challenges posed by energy and digital transitions. It is concluded that a rigorous understanding of these transformations is an indispensable condition for formulating effective national economic policies and for the strategic engagement of developing countries in the international economic system

Keywords: International economics; International trade; Globalization; Economic integration; Global value chains; Trade policy; Economic geopolitics; Economic development.

1 INTRODUÇÃO

A economia internacional constitui um dos campos de maior complexidade e relevância das ciências econômicas. Ao longo dos séculos, as relações econômicas entre nações foram paulatinamente se aprofundando, impulsionadas por avanços tecnológicos, transformações políticas e pela crescente interdependência entre os sistemas produtivos nacionais. O resultado é um sistema econômico global intrincado, no qual os fluxos de bens, serviços, capitais, tecnologia e trabalho atravessam fronteiras com velocidade e volume sem precedentes históricos.

O fenômeno da globalização econômica, que se intensificou a partir das décadas de 1980 e 1990, alterou profundamente a estrutura do comércio e das finanças internacionais. Se, por um lado, a integração dos mercados mundiais propiciou ganhos expressivos de eficiência, crescimento econômico e difusão tecnológica, por outro, gerou tensões distributivas severas, acentuou assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e evidenciou a fragilidade dos mecanismos de governança global diante de choques sistêmicos como a crise financeira internacional de 2008, a pandemia de COVID-19 em 2020 e a guerra na Ucrânia em 2022.

Nesse contexto, compreender as bases teóricas, as transformações históricas e os desafios contemporâneos da economia e do mercado internacional tornou-se uma necessidade premente não apenas para acadêmicos e pesquisadores, mas também para formuladores de políticas públicas, gestores de empresas

multinacionais e cidadãos que buscam interpretar o mundo em que vivem. A revisão bibliográfica, enquanto método científico, revela-se particularmente adequada para esse propósito, ao permitir a sistematização crítica do conhecimento acumulado e a identificação das lacunas e das fronteiras do campo.

Este artigo tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica abrangente e fundamentada sobre a economia e o mercado internacional, abordando as seguintes dimensões centrais: (i) as teorias clássicas e contemporâneas do comércio internacional; (ii) a evolução do sistema multilateral de comércio e das instituições de governança global; (iii) os processos de integração econômica regional; (iv) as cadeias globais de valor e suas reconfigurações recentes; (v) as finanças internacionais e as crises cambiais e financeiras; (vi) as tensões geoeconômicas e o ressurgimento do protecionismo; e (vii) os desafios impostos pela digitalização e pela transição energética ao comércio e ao investimento internacionais.

A metodologia adotada é a revisão bibliográfica narrativa de caráter integrativo, fundamentada em obras teóricas e empíricas de autores consagrados no campo da economia internacional, em relatórios de organismos multilaterais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e a UNCTAD e em artigos científicos publicados em periódicos de alto impacto. A seleção das fontes privilegiou a representatividade teórica, o rigor metodológico e a atualidade das contribuições.

O artigo está organizado em oito seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta as teorias do comércio internacional. A seção 3 trata da evolução do sistema multilateral de comércio. A seção 4 examina os processos de integração econômica regional. A seção 5 analisa as cadeias globais de valor. A seção 6 aborda as finanças internacionais. A seção 7 discute as tensões geoeconômicas e o protecionismo. A seção 8 aborda os desafios da digitalização e da sustentabilidade. Por fim, a seção 9 apresenta as conclusões do estudo.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 A Teoria das Vantagens Absolutas e Comparativas

O pensamento econômico sobre o comércio internacional tem raízes profundas na filosofia econômica clássica. Adam Smith, em sua obra monumental A Riqueza das Nações (1776), introduziu o conceito de vantagem absoluta, argumentando que cada nação deveria especializar-se na produção de bens nos quais detém eficiência produtiva superior em termos absolutos e adquirir dos demais países os bens que estes produzem com maior eficiência. Essa formulação representou um avanço significativo em relação ao pensamento mercantilista predominante no século XVII, que concebia o comércio internacional como um jogo de soma zero.

David Ricardo, contudo, avançou decisivamente além de Smith ao formular, em Princípios de Economia Política e Tributação (1817), a teoria das vantagens comparativas considerada por muitos

economistas a contribuição mais relevante e duradoura da ciência econômica. O argumento ricardiano demonstra que, mesmo quando uma nação é absolutamente menos eficiente do que outra na produção de todos os bens, o comércio mutuamente vantajoso ainda é possível, desde que as diferenças relativas de custos de oportunidade entre os países sejam heterogêneas. A especialização segundo as vantagens comparativas e a subsequente troca de excedentes permitem que ambos os países consumam além de sua fronteira de possibilidades de produção autárquica.

> "O vinho pode ser produzido em Portugal com muito menos trabalho do que na Inglaterra. Portugal pode, portanto, achar que é de seu interesse exportar vinho em troca de tecido, embora o tecido importado seja produzido com menos mão de obra do que poderia ser produzido em Portugal." (RICARDO, 1817, p. 135, tradução livre).

A despeito de sua elegância lógica, o modelo ricardiano é construído sobre hipóteses bastante restritivas ao trabalho como único fator de produção, mobilidade perfeita dos fatores entre setores, mercados de concorrência perfeita e tecnologias fixas. Essas simplificações limitam seu poder explicativo e motivaram desenvolvimentos teóricos posteriores.

2.2 O Modelo Heckscher-Ohlin e o Teorema de Stolper-Samuelson

Eli Heckscher (1919) e Bertil Ohlin (1933) desenvolveram o modelo HO (Heckscher-Ohlin), que incorpora dois fatores de produção capital e trabalho e dois bens, representando um avanço considerável sobre o arcabouço ricardiano. O modelo prediz que cada país exportará o bem cuja produção é intensiva no fator do qual ele é relativamente abundante. Assim, países dotados de abundância relativa de capital tenderão a exportar manufaturados capital-intensivos, ao passo que países abundantes em trabalho exportarão bens trabalho-intensivos.

Associado ao modelo HO, o teorema de Stolper e Samuelson (1941) demonstra que a abertura comercial, ao alterar os preços relativos dos bens, redistribui a renda entre os fatores de produção: o fator abundante que tende a ser o trabalhador não qualificado nos países em desenvolvimento beneficia-se da abertura, enquanto o fator escasso é prejudicado. Esse resultado teórico tem implicações normativas de grande alcance, pois sugere que o livre-comércio, ainda que gerador de ganhos agregados, produz efeitos distributivos potencialmente regressivos em economias desenvolvidas.

Os testes empíricos do modelo HO, no entanto, revelaram resultados controversos. O chamado Paradoxo de Leontief (1953) demonstrou que os Estados Unidos, apesar de serem a economia mais intensiva em capital do mundo, exportavam bens trabalho-intensivos resultado oposto ao previsto pelo modelo HO.

Esse paradoxo estimulou refinamentos teóricos subsequentes, incluindo a incorporação do capital humano como fator produtivo adicional e a distinção entre diferentes qualidades de trabalho.

2.3 O Novo Comércio Internacional e as Economias de Escala

A nova teoria do comércio internacional, cujos pioneiros mais proeminentes são Paul Krugman (Nobel de Economia de 2008) e Elhanan Helpman, surgiu na virada dos anos 1970 e 1980 para explicar um fenômeno que os modelos clássicos e neoclássicos não conseguiam acomodar adequadamente: o comércio intraindustrial, caracterizado pela troca de variedades diferenciadas de um mesmo produto entre países com dotações fatoriais semelhantes.

Krugman (1979, 1980) demonstrou que, em presença de rendimentos crescentes de escala e concorrência monopolista, países similares têm incentivos para especializar-se em variedades diferentes de um mesmo produto e comercializá-las entre si, auferindo ganhos provenientes de economias de escala e da diversidade de produtos disponíveis aos consumidores. Esse modelo explica, por exemplo, por que os países europeus trocam mutuamente automóveis, eletrodomésticos e produtos farmacêuticos de marcas e especificações distintas.

Melitz (2003) introduziu a heterogeneidade das firmas na teoria do comércio, demonstrando que apenas as empresas mais produtivas conseguem arcar com os custos fixos de entrada em mercados externos (custos de adaptação de produtos, de distribuição, de cumprimento de regulamentações estrangeiras), ao passo que as menos produtivas se restringem ao mercado doméstico ou saem do mercado. A abertura comercial opera, portanto, um efeito de seleção das firmas mais eficientes, gerando ganhos de produtividade ao nível setorial e macroeconômico.

2.4 A Nova Economia Geográfica

Krugman (1991) fundou também a nova economia geográfica, que analisa a concentração espacial da atividade econômica como resultado da interação entre forças centrípetas economias de aglomeração, acesso a mercados, encadeamentos para frente e para trás e forças centrífugas custos de transporte, competição por fatores escassos, preço da terra. Esse arcabouço teórico lança luz sobre a formação de polos industriais, o desenvolvimento desigual entre regiões e a trajetória de industrialização de países em desenvolvimento inseridos no comércio mundial.

2.5 Críticas Heterodoxas às Teorias Convencionais

As teorias convencionais do comércio internacional foram objeto de críticas substantivas oriundas de correntes heterodoxas do pensamento econômico. A teoria estruturalista latino-americana, desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e associada a autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, argumentou que a especialização em commodities primárias perpetuava a dependência tecnológica e a deterioração dos termos de troca dos países periféricos, tornando a inserção passiva na divisão internacional do trabalho estruturalmente desfavorável ao desenvolvimento.

Dani Rodrik (2011), em sua crítica à hiperglobalização, sustenta que existe uma trindade impossível entre integração econômica profunda, soberania nacional e política democrática. Segundo o autor, a ordem liberal internacional pressupõe que os países renunciem a instrumentos de política industrial e comercial que historicamente foram decisivos para o *catching-up* econômico dos países hoje desenvolvidos. A revisão crítica das teorias do comércio é, portanto, condição indispensável para a formulação de políticas de inserção internacional que levem em conta os objetivos do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades.

3. EVOLUÇÃO DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO

3.1 A Ordem de Bretton Woods e o GATT

O sistema multilateral de comércio moderno foi instituído no contexto da reconstrução da ordem econômica internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. A Conferência de Bretton Woods (1944) estabeleceu as bases institucionais dessa nova ordem, criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), destinados a prover liquidez internacional e financiar a reconstrução das economias devastadas pela guerra. Paralelamente, negociou-se o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), firmado em 1947, com o objetivo de reduzir progressivamente as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio internacional.

Ao longo de suas oito rodadas de negociações culminando na Rodada Uruguai (1986-1994), o GATT promoveu uma redução substancial das tarifas aduaneiras nos países desenvolvidos, que caíram de uma média de cerca de 40% em 1947 para menos de 5% ao final da Rodada Uruguai (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2018). Esse processo de liberalização comercial progressiva foi acompanhado por uma expansão notável do comércio mundial, que cresceu a taxas consistentemente superiores às do produto interno bruto (PIB) global durante a maior parte do período 1950-2008.

3.2 A Criação da OMC e o Sistema de Solução de Controvérsias

A Rodada Uruguai resultou na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu o GATT em janeiro de 1995, representando um salto qualitativo significativo na institucionalização da governança do comércio internacional. Diferentemente do GATT um acordo provisório desprovido de personalidade jurídica e de mecanismo vinculante de resolução de disputas, a OMC é uma organização internacional permanente dotada de personalidade jurídica própria, de um secretariado e de um sistema de solução de controvérsias juridicamente vinculante.

O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC constitui um dos mecanismos de governança econômica internacional mais sofisticados e efetivos criados no século XX. Entre 1995 e 2023, mais de 600 casos foram submetidos ao OSC, envolvendo desde disputas tarifárias e de subsídios até questões sanitárias, fitossanitárias e de propriedade intelectual (OMC, 2023). A crise do Órgão de Apelação paralisado desde dezembro de 2019 em razão do bloqueio norte-americano ao preenchimento de vagas de árbitros evidenciou, contudo, a fragilidade institucional do sistema multilateral diante das tensões geopolíticas contemporâneas.

3.3 A Rodada Doha e a Crise do Multilateralismo

O lançamento da Rodada de Doha, em 2001, representou uma tentativa ambiciosa de colocar o desenvolvimento no centro das negociações multilaterais de comércio. A agenda incluía temas sensíveis como a redução dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, a expansão do acesso aos medicamentos essenciais por países em desenvolvimento e a regulamentação do comércio de serviços. Após mais de duas décadas de negociações, a Rodada Doha permanece inconclusa, refletindo a profundidade dos conflitos de interesse entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como a crescente heterogeneidade e complexidade do sistema de comércio internacional.

O fracasso de Doha impulsionou a proliferação de acordos comerciais regionais e bilaterais como alternativas ao multilateralismo bloqueado. Segundo dados da OMC (2023), existem mais de 350 acordos comerciais regionais em vigor no mundo, criando um complexo sistema de regras sobrepostas e potencialmente conflitantes o que alguns autores denominaram de "*spaghetti bowl*" de acordos comerciais (BHAGWATI, 1995). Esse fenômeno levanta questões importantes sobre a fragmentação da governança comercial global e seus efeitos sobre a eficiência e a equidade do sistema de comércio internacional.

4. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

4.1 Tipologia e Fundamentos Teóricos da Integração Regional

A teoria da integração econômica regional foi sistematizada por Jacob Viner em seu trabalho seminal The Customs Union Issue (1950), no qual introduziu os conceitos de criação e desvio de comércio. A criação de comércio ocorre quando a formação de uma área de livre-comércio ou de uma união aduaneira leva à substituição de produção doméstica ineficiente por importações mais baratas provenientes de países parceiros elevando o bem-estar. O desvio de comércio, por sua vez, ocorre quando o acordo leva à substituição de importações eficientes de países terceiros por importações menos eficientes dos países parceiros, em razão das preferências tarifárias reduzindo o bem-estar.

A literatura econômica identifica uma tipologia hierárquica dos arranjos de integração regional, em ordem crescente de profundidade: (i) área de livre-comércio, na qual as tarifas entre os membros são eliminadas, mas cada país mantém sua própria política tarifária em relação a terceiros; (ii) união aduaneira, que adiciona uma tarifa externa comum; (iii) mercado comum, com livre circulação de fatores de produção além de bens e serviços; (iv) união econômica, que harmoniza as políticas macroeconômicas; e (v) integração econômica completa, com política econômica unificada e uma autoridade supranacional.

4.2 A União Europeia: O Experimento de Integração mais profundo

A União Europeia (UE) representa o processo de integração econômica regional mais ambicioso e avançado da história. Nascida do Tratado de Roma (1957) como uma Comunidade Econômica Europeia de seis membros, a UE expandiu-se para 27 países membros e aprofundou progressivamente sua integração, culminando na criação da moeda única europeia o euro em 1999 e na integração de mercados de capitais, serviços e trabalho.

A literatura econômica sobre os efeitos da integração europeia é extensa e, em linhas gerais, documenta ganhos significativos de comércio, investimento e eficiência produtiva associados ao Mercado Único Europeu. Rose (2000) estimou que a adoção de uma moeda comum pode triplicar o volume de comércio entre os países membros, embora estudos posteriores tenham questionado a magnitude desse efeito. A crise da dívida soberana europeia (2010-2015), todavia, expôs as contradições de uma integração monetária sem correspondente integração fiscal, revelando os limites estruturais do projeto europeu.

O Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, formalizada em 2020, constitui o primeiro caso de desintegração regional em escala significativa na história contemporânea. Os estudos econômicos sobre os efeitos do Brexit apontam para custos substanciais de comércio e investimento para o Reino Unido, decorrentes da reimposição de barreiras comerciais e regulatórias com seus principais parceiros comerciais (DHINGRA *et al.,* 2017). O caso britânico trouxe à tona o debate sobre os limites políticos da integração econômica profunda e o papel da soberania nacional nas decisões de política econômica.

4.3 O MERCOSUL e os Desafios da Integração Sul-Americana

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado pelo Tratado de Assunção em 1991, reúne Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai como membros plenos, além de associados como Chile, Bolívia e Peru. A despeito de seu potencial geoeconômico o bloco representa a quinta maior economia do mundo em termos de PIB agregado, o MERCOSUL permanece confinado a uma união aduaneira incompleta, marcada por frequentes exceções à Tarifa Externa Comum e por recorrentes divergências macroeconômicas entre os membros.

A literatura especializada aponta que o processo de integração mercosulino foi historicamente mais voltado para a dimensão política e diplomática do que para a construção de um mercado comum com regras estáveis e previsíveis (ALMEIDA, 1993). As assimetrias estruturais entre o Brasil que representa cerca de 70% do PIB do bloco e os demais membros criam desequilíbrios de poder que complicam as negociações e a implementação de compromissos multilaterais. Recentemente, a conclusão das negociações do acordo MERCOSUL-União Europeia, após mais de duas décadas de tratativas, representou um potencial marco na inserção externa do bloco, embora sua ratificação enfrente resistências políticas em ambos os lados.

4.4 A Ascensão dos Megarregionais

A primeira metade da segunda década do século XXI assistiu à emergência de negociações de acordos comerciais "megarregionais", de escopo mais amplo do que os acordos tradicionais e com capacidade de reconfigurar significativamente o comércio global. O *Trans-Pacific Partnership* (TPP), o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) constituem os exemplos mais relevantes.

A RCEP, concluída em 2020 e em vigor desde 2022, congrega 15 países da Ásia-Pacífico incluindo China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e os membros da ASEAN, representando aproximadamente 30% do PIB e do comércio mundiais. Constitui o maior acordo de livre-comércio da história em termos de PIB agregado dos signatários e representa um passo significativo na consolidação de cadeias regionais de valor na Ásia. Analistas como Petri e Plummer (2020) estimam que a RCEP poderá gerar ganhos econômicos da ordem de 200 bilhões de dólares anuais para os países membros até 2030.

5. CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: ESTRUTURA, DINÂMICA E RECONFIGURAÇÕES

5.1 Conceito e Mensuração das Cadeias Globais de Valor

O conceito de cadeias globais de valor (CGV) captura a fragmentação internacional dos processos produtivos, segundo a qual as diferentes etapas da produção de um bem ou serviço design, extração de matérias-primas, fabricação de componentes, montagem final, distribuição e serviços pós-venda são realizadas em diferentes países, seguindo a lógica da minimização de custos e da especialização em competências específicas. A expressão foi popularizada por Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), que distinguiram as cadeias dirigidas pelo produtor típicas de setores industriais capital-intensivos, como o automobilístico e o de bens de capital das cadeias dirigidas pelo comprador, prevalentes em setores como vestuário, calçados e eletrônicos.

A mensuração do comércio em termos de valor adicionado, em detrimento do comércio em termos brutos, representou um avanço metodológico fundamental para a compreensão das CGV. Iniciativas como o banco de dados *Trade in Value Added* (TiVA) da OCDE e as bases de dados do *World Input-Output Database* (WIOD) permitiram estimar com maior precisão a contribuição efetiva de cada país e setor para o valor final dos produtos transacionados internacionalmente, revelando que uma fração crescente do comércio bruto consiste na reimportação de valor adicionado previamente exportado.

5.2 A China como Epicentro das Cadeias Asiáticas

A integração da China ao sistema de comércio internacional, acelerada por sua adesão à OMC em 2001, transformou radicalmente a organização das CGV globais. A China tornou-se o maior exportador mundial e o maior parceiro comercial de dezenas de países, operando simultaneamente como plataforma de montagem final de eletrônicos, têxteis e outros produtos de consumo, e como mercado de destino de commodities de economias emergentes e de bens de capital de países desenvolvidos.

O modelo de inserção chinesa nas CGV foi, historicamente, o de um produtor de baixo custo posicionado em etapas de montagem de baixo valor adicionado. Contudo, a estratégia de desenvolvimento econômico chinesa, consubstanciada em iniciativas como *Made in China* 2025, visa a escalar progressivamente em direção a segmentos de maior valor adicionado semicondutores, inteligência artificial, veículos elétricos e biotecnologia gerando tensões crescentes com os países desenvolvidos, que percebem essa escalada como uma ameaça à sua posição tecnológica e econômica.

5.3 *Reshoring, Friendshoring* e a Reorganização das CGV

A pandemia de COVID-19 e as tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China desencadearam um debate intenso sobre a resiliência das cadeias de abastecimento globais e sobre a necessidade de sua reorganização. A crise sanitária revelou as vulnerabilidades de cadeias altamente eficientes, mas excessivamente concentradas geograficamente como a dependência de fornecedores únicos de insumos críticos, a exemplo de semicondutores taiwaneses e princípios ativos farmacêuticos produzidos na Índia e na China.

Em resposta a essas vulnerabilidades, observou-se nos anos subsequentes uma tendência crescente ao *reshoring* relocalização de atividades produtivas para o país de origem e ao *friendshoring* ou *nearshoring* relocalização para países aliados ou geograficamente próximos. Políticas industriais de grande envergadura, como a Lei de Chips e Ciência dos Estados Unidos (CHIPS and Science Act, 2022) e a Lei de Redução da Inflação (*Inflation Reduction Act,* 2022), bem como o Plano Industrial do Pacto Verde Europeu, exemplificam a reorientação das políticas industriais ocidentais em direção a uma reconcentração geográfica de capacidades produtivas consideradas estratégicas.

Autores como Evenett (2022) alertam, contudo, que o movimento de desglobalização produtiva tem limites econômicos concretos: as CGV existentes foram construídas ao longo de décadas segundo critérios de eficiência e especialização, e sua reorganização forçada implica custos significativos em termos de produtividade e bem-estar. O resultado mais provável, segundo essa perspectiva, não seria uma desglobalização generalizada, mas uma "slowbalisation" uma desaceleração e uma reorganização seletiva das cadeias globais segundo critérios de resiliência e segurança nacional, além dos tradicionais critérios de eficiência.

6. FINANÇAS INTERNACIONAIS: FLUXOS DE CAPITAL, CÂMBIO E CRISES

6.1 O Sistema Monetário Internacional

O sistema monetário internacional (SMI) constitui o conjunto de regras, instituições e convenções que governam as relações cambiais e financeiras entre os países. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o SMI passou por transformações profundas. O sistema de Bretton Woods (1944-1971) baseava-se em um padrão câmbio-ouro, no qual o dólar norte-americano era a principal moeda de reserva internacional e as demais moedas eram atreladas ao dólar a taxas de câmbio fixas, com os Estados Unidos comprometidos a converter dólares em ouro à taxa de 35 dólares por onça troy.

O colapso do sistema de Bretton Woods em 1971, precipitado pela decisão do presidente Nixon de suspender a conversibilidade do dólar em ouro o chamado "*Nixon Shock*", inaugurou o atual regime de câmbio flutuante administrado. O Acordo do Smithsoniano (1971) e os Acordos de Kingston (1976) formalizaram o

fim do padrão câmbio-ouro e a adoção generalizada de regimes de câmbio mais flexíveis, embora a primazia do dólar como principal moeda de reserva e de transação internacionais tenha sido preservada.

Obstfeld e Rogoff (1996), em sua obra seminal *Foundations of International Macroeconomics*, sistematizaram os fundamentos teóricos das relações entre taxas de câmbio, conta corrente, balanço de pagamentos e política macroeconômica em economias abertas. O modelo intertemporal da conta corrente, em particular, fornece um arcabouço rigoroso para compreender a dinâmica dos desequilíbrios externos e sua sustentabilidade no longo prazo.

6.2 A Mobilidade Internacional de Capitais e o Trilema de Mundell-Fleming

O modelo Mundell-Fleming desenvolvido independentemente por Robert Mundell (1963) e Marcus Fleming (1962) demonstra a existência de um trilema de política macroeconômica para economias abertas: um país não pode perseguir simultaneamente (i) um regime de câmbio fixo, (ii) a livre mobilidade de capitais e (iii) a autonomia de política monetária. Apenas dois dos três objetivos podem ser perseguidos ao mesmo tempo. Essa inconsistência triangular tem implicações fundamentais para a escolha do regime cambial e para o design de políticas macroeconômicas em economias integradas aos mercados financeiros internacionais.

A crescente mobilidade internacional de capitais, resultado da liberalização financeira empreendida a partir dos anos 1980, amplificou a eficácia das políticas fiscais em regimes de câmbio fixo conforme prediz o modelo *Mundell-Fleming* mas também aumentou a vulnerabilidade das economias emergentes a sudden stops (cessação abrupta de afluxos de capital) e a crises cambiais especulativas. A literatura sobre crises financeiras internacionais sistematizada por Reinhart e Rogoff (2009) em sua abrangente análise histórica de oito séculos de crises, demonstra que episódios de influxos maciços de capital frequentemente precedem crises bancárias e cambiais devastadoras.

6.3 Crises Financeiras Internacionais Sistêmicas

A segunda metade do século XX e o início do século XXI foram marcados por uma série de crises financeiras internacionais de grande magnitude. A crise da dívida latino-americana dos anos 1980, a crise mexicana de 1994-1995 ("Efeito Tequila"), a crise asiática de 1997-1998, a crise russa de 1998, a crise argentina de 2001-2002 e a crise financeira global de 2008-2009 constituem os episódios mais impactantes, cada qual com suas especificidades causais e seus efeitos macroeconômicos e sociais.

A crise financeira global de 2008, deflagrada pelo colapso do mercado de hipotecas subprime nos Estados Unidos, assumiu dimensões sistêmicas sem precedentes desde a Grande Depressão de 1929. A

falência do banco de investimentos Lehman Brothers em setembro de 2008 desencadeou um pânico financeiro global, congelando os mercados interbancários e precipitando uma contração severa do crédito e da atividade econômica em escala mundial. O PIB global contraiu-se 2,1% em 2009 a primeira queda desde o pós-guerra, e o comércio mundial recuou cerca de 12% (FMI, 2009).

A resposta internacional à crise de 2008 envolveu uma coordenação macroeconômica sem precedentes, articulada pelo G20 fórum que incluiu pela primeira vez as principais economias emergentes na governança econômica global. A injeção maciça de liquidez pelos bancos centrais das economias desenvolvidas a política de *quantitative easing* (QE), os estímulos fiscais coordenados e a expansão dos recursos do FMI contribuíram para evitar uma depressão econômica global de proporções ainda mais devastadoras. Contudo, as políticas de QE também geraram influxos maciços de capital para economias emergentes, criando vulnerabilidades que se materializariam no episódio do "*taper tantrum*" de 2013, quando a mera sinalização de normalização da política monetária norte-americana precipitou uma fuga de capitais das economias emergentes.

6.4 O Sistema Monetário Internacional Contemporâneo e a Questão da Multipolaridade

O dólar norte-americano continua a desempenhar um papel central no sistema monetário internacional contemporâneo, representando cerca de 58% das reservas cambiais mundiais, mais de 40% das faturas do comércio internacional e aproximadamente 50% dos empréstimos internacionais (FMI, 2023). Essa posição de hegemonia monetária confere aos Estados Unidos o chamado "privilégio exorbitante" a capacidade de financiar déficits externos em sua própria moeda, ao mesmo tempo que impõe a esses países o ônus de fornecer a liquidez necessária ao funcionamento do sistema internacional.

A ascensão econômica da China alimentou debates sobre a eventual internacionalização do *renminbi* (RMB) e sobre a perspectiva de um sistema monetário internacional multipolar. A inclusão do RMB na cesta de Direitos Especiais de Saque (DES) do FMI em 2016 representou um reconhecimento simbólico desse processo. Contudo, a internacionalização efetiva do RMB é constrangida pela persistência de controles de capital e pela ausência de mercados financeiros profundos e transparentes na China, que são condições essenciais para que uma moeda se torne amplamente aceita como reserva de valor e meio de pagamento internacionais.

7. TENSÕES GEOECONÔMICAS E O RESSURGIMENTO DO PROTECIONISMO

7.1 O Ressurgimento do Protecionismo no Século XXI

Após décadas de progressiva liberalização comercial sob os auspícios do GATT e da OMC, a economia mundial assistiu, especialmente a partir de 2016, a um ressurgimento significativo de políticas protecionistas. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de uma política comercial explicitamente "*America First*" marcaram uma inflexão na postura da maior economia do mundo em relação ao multilateralismo comercial. A imposição de tarifas sobre aço, alumínio e uma vasta gama de produtos chineses no contexto da guerra comercial sino-americana iniciada em 2018 representou a mais grave ruptura do sistema multilateral de comércio desde a era do GATT.

Os dados do *Global Trade Alert*, um banco de dados independente sobre políticas comerciais, registraram um aumento contínuo das intervenções comerciais restritivas a partir de 2009, com uma aceleração marcante após 2016. Entre 2009 e 2022, governos de todo o mundo implementaram mais de 40.000 medidas de intervenção prejudiciais ao comércio incluindo tarifas, quotas, subsídios a exportações e barreiras não tarifárias (GTA, 2023). Esse fenômeno reflete não apenas tensões geopolíticas, mas também pressões políticas domésticas decorrentes dos efeitos distributivos do livre-comércio sobre trabalhadores e regiões industriais afetadas pela concorrência estrangeira.

7.2 A Guerra Comercial Sino-Americana

A disputa comercial entre os Estados Unidos e a China constitui o episódio mais significativo de confrontação econômica bilateral desde a Segunda Guerra Mundial. As raízes do conflito são profundas e multidimensionais, envolvendo desequilíbrios comerciais persistentes, acusações de práticas comerciais desleais por parte da China como subsídios a empresas estatais, transferências forçadas de tecnologia e violações de direitos de propriedade intelectual, disputas pela liderança tecnológica e rivalidades geopolíticas de ordem mais ampla.

A administração Trump iniciou, em 2018, a imposição de tarifas sobre importações chinesas que chegaram a cobrir mais de 360 bilhões de dólares em bens, em resposta às quais a China adotou retaliações sobre exportações norte-americanas de magnitude equivalente. A administração Biden manteve a maior parte das tarifas herdadas de Trump e intensificou os controles sobre exportações de semicondutores avançados para a China uma dimensão tecnológica da disputa que muitos analistas consideram mais significativa do que os aspectos puramente comerciais.

Fajgelbaum e Khandelwal (2022) estimaram que as tarifas da guerra comercial resultaram em uma perda de bem-estar líquida para os Estados Unidos da ordem de 7,8 bilhões de dólares anuais, decorrente principalmente do encarecimento dos bens de consumo para as famílias americanas, parcialmente compensado pelos ganhos fiscais das tarifas. A China, por sua vez, enfrentou perturbações em suas exportações, mas

conseguiu parcialmente redirecionar seus fluxos comerciais para outros mercados. Em ambos os países, os setores agrícolas e manufatureiros mais expostos ao comércio bilateral foram os mais severamente impactados.

7.3 A Geopolítica das Cadeias de Suprimento: Semicondutores e Energia

A disputa pelo domínio das tecnologias críticas do século XXI em especial os semicondutores avançados emergiu como uma das dimensões mais importantes da rivalidade sino-americana. Os chips semicondutores constituem o componente essencial de praticamente todos os sistemas digitais modernos, desde smartphones e computadores até sistemas de armamentos, inteligência artificial e veículos autônomos. A concentração da produção de chips avançados em um número reduzidíssimo de empresas e locais geográficos notadamente a *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (TSMC), sediada em Taiwan cria vulnerabilidades geopolíticas de primeira ordem para as economias dependentes dessas tecnologias.

A dependência europeia do gás natural russo, dramaticamente evidenciada pela invasão da Ucrânia em 2022, constituiu outro exemplo paradigmático das vulnerabilidades geopolíticas criadas pela integração econômica profunda. O bloqueio dos fornecimentos russos de energia precipitou uma crise energética de magnitude histórica na Europa, com impactos severos sobre a competitividade industrial europeia e sobre os preços ao consumidor. A resposta europeia incluindo a diversificação acelerada das fontes de abastecimento, a expansão da capacidade de GNL e a intensificação da transição para energias renováveis reconfigurou os mercados energéticos globais em tempo recorde.

7.4 A Nova Política Industrial e a Corrida pelas Tecnologias Verdes

O ressurgimento da política industrial como instrumento central de estratégia econômica nos países desenvolvidos após décadas de prevalência do paradigma de que os mercados deveriam determinar a alocação de recursos produtivos constitui uma das transformações mais significativas do cenário de política econômica internacional nas últimas décadas. A Lei de Chips e Ciência dos Estados Unidos (2022), o Plano Industrial do Pacto Verde Europeu e as políticas de industrial *policy* do Japão e da Coreia do Sul exemplificam esse retorno ao ativismo estatal na determinação das trajetórias tecnológicas nacionais.

A transição energética impulsionada pela urgência climática e pelos compromissos assumidos no Acordo de Paris (2015) está gerando uma nova corrida tecnológica e industrial em torno de tecnologias de energia limpa, incluindo baterias de armazenamento de energia, painéis solares, turbinas eólicas, hidrogênio verde e veículos elétricos. A China tomou cedo a dianteira nessa corrida, tendo se tornado o maior produtor e exportador mundial de painéis solares, baterias de íon-lítio e veículos elétricos fato que gera tensões crescentes

com os países ocidentais, preocupados com a concorrência de produtos subsidiados e com a dependência em relação a insumos críticos como lítio, cobalto e terras raras, dos quais a China controla parcelas dominantes da produção e do processamento global.

8. DIGITALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

8.1 O Comércio Digital e a Economia de Plataformas

A digitalização da economia transformou profundamente os padrões de comércio internacional, criando formas de trocas transfronteiriças que desafiam as categorias tradicionais da teoria e das estatísticas do comércio. O crescimento do comércio eletrônico mundial estimado pela UNCTAD em cerca de 26,7 trilhões de dólares em 2019, a expansão do comércio de serviços digitais e o papel crescente das plataformas digitais multinacionais como intermediárias do comércio internacional representam transformações estruturais que os marcos regulatórios e as teorias econômicas tradicionais ainda não acomodaram plenamente.

A economia de plataformas dominada por gigantes tecnológicos como Amazon, Alibaba, Google, Meta e Apple criou formas inéditas de organização dos mercados, caracterizadas por fortes efeitos de rede, estruturas de custos marginais próximos de zero para bens digitais e tendências à concentração em mercados do tipo "o vencedor leva tudo" (*winner-take-all*). Esses mercados desafiam as estruturas regulatórias tradicionais concebidas para mercados de bens físicos com estruturas de custos convencionais e suscitam questões fundamentais sobre tributação, concorrência, privacidade de dados e soberania digital.

As negociações sobre o comércio eletrônico no âmbito da OMC iniciadas em 1998 com uma moratória sobre tarifas aduaneiras sobre transmissões eletrônicas avançaram lentamente, refletindo as divergências entre países desenvolvidos que abrigam as principais plataformas digitais e advogam pela manutenção da moratória e pela liberalização dos fluxos de dados transfronteiriços e países em desenvolvimento que buscam preservar sua capacidade de regulamentação dos dados e de construção de capacidades digitais nacionais.

8.2 Inteligência Artificial e o Futuro do Trabalho no Contexto Internacional

A difusão acelerada da inteligência artificial (IA) e da automação promete transformar radicalmente as vantagens comparativas dos países no comércio internacional, com implicações potencialmente devastadoras para as estratégias de desenvolvimento baseadas na mão de obra barata. Autores como Acemoglu e Restrepo (2020) documentaram que a adoção de robôs industriais nos Estados Unidos entre 1990 e 2007 resultou em perdas de emprego e de salários para os trabalhadores locais, embora a magnitude desses efeitos seja objeto de debate.

No contexto internacional, a automação pode reverter a tendência de *offshoring* de atividades de manufatura para países de baixa renda que constituiu um dos motores da industrialização de países como China, Vietnam, Bangladesh e Etiópia, ao reduzir a vantagem competitiva do trabalho barato em economias emergentes. Esse fenômeno, denominado por Rodrik (2016) de "desindustrialização prematura", levanta questões fundamentais sobre a viabilidade dos tradicionais modelos de desenvolvimento baseados na industrialização orientada para as exportações.

8.3 Comércio Internacional e Sustentabilidade Ambiental

A relação entre comércio internacional e sustentabilidade ambiental constitui um dos campos mais complexos e politicamente sensíveis da economia internacional contemporânea. O debate em torno da hipótese da curva ambiental de Kuznets segundo a qual a degradação ambiental segue um padrão de U invertido em relação ao nível de renda per capita e da hipótese dos "paraísos de poluição" segundo a qual a abertura comercial induz as indústrias mais poluentes a relocalizarem-se em países com regulamentações ambientais mais frouxas permanece inconclusivo no plano empírico.

O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM), adotado pela União Europeia em 2023, representa uma tentativa pioneira de incorporar os custos do carbono ao preço das importações de setores industriais intensivos em emissões como aço, alumínio, cimento e fertilizantes, com o objetivo de evitar o vazamento de carbono (*carbon leakage*) e de criar incentivos para que os países parceiros adotem políticas climáticas mais ambiciosas. O CBAM gerou controvérsias significativas junto aos países em desenvolvimento e às economias emergentes como Brasil, China e Índia, que o percebem como uma barreira comercial encoberta de caráter protecionista e como uma ameaça à sua competitividade exportadora.

A literatura econômica sobre comércio e meio ambiente indica que os acordos de livre-comércio modernos, incluindo o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) e o Acordo de Parceria Transpacífico Abrangente e Progressivo (CPTPP) incorporam crescentemente capítulos sobre meio ambiente com obrigações vinculantes, embora sua efetividade na proteção ambiental seja ainda objeto de avaliação. O desafio de reconciliar os objetivos de expansão do comércio, de industrialização dos países em desenvolvimento e de descarbonização da economia global constitui um dos maiores dilemas da governança econômica internacional do século XXI.

8.4 A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelos países membros da ONU em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento. No que diz respeito ao comércio internacional, o ODS 17 "Parcerias e Meios de Implementação" reconhece explicitamente o papel do comércio como motor do desenvolvimento sustentável e propõe o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, a expansão do acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais e o incremento da coerência das políticas de comércio, finanças e desenvolvimento.

Pesquisas empíricas sobre a relação entre abertura comercial e pobreza sintetizadas por Winters, McCulloch e McKay (2004) sugerem que a liberalização comercial, quando acompanhada de políticas complementares de educação, saúde, infraestrutura e proteção social, pode contribuir significativamente para a redução da pobreza. Contudo, a evidência também indica que os efeitos distributivos do comércio são heterogêneos dependendo do perfil de dotação de fatores de cada país, da estrutura de mercado e da qualidade das instituições, e que políticas de comércio exclusivamente focadas na eficiência alocativa, sem atenção aos seus impactos distributivos, podem exacerbar as desigualdades intra e internacionais.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica empreendida ao longo deste artigo permitiu mapear, de forma sistemática e fundamentada, as principais dimensões da economia e do mercado internacional na contemporaneidade. As evidências teóricas e empíricas analisadas convergem para a identificação de um momento de profunda transição paradigmática no sistema econômico internacional, cujos traços distintivos merecem ser sintetizados nas considerações conclusivas.

Em primeiro lugar, as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional, das vantagens comparativas ricardianas ao modelo Heckscher-Ohlin e à nova teoria do comércio internacional de Krugman e Melitz, fornecem arcabouços analíticos poderosos para compreender os determinantes dos fluxos de comércio e dos ganhos de especialização. Contudo, a complexidade crescente das estruturas produtivas internacionais, marcadas pela fragmentação das cadeias de valor, pela heterogeneidade das firmas e pela crescente importância dos serviços e dos intangíveis no comércio global exige a contínua atualização e refinamento dos instrumentos teóricos disponíveis.

Em segundo lugar, o sistema multilateral de comércio atravessa uma crise institucional de gravidade sem precedentes desde sua criação. A paralisia do Órgão de Apelação da OMC, o fracasso da Rodada de Doha, a proliferação de acordos regionais e bilaterais e o ressurgimento do protecionismo unilateral especialmente na forma de instrumentos de política industrial e de segurança nacional, ameaçam a coerência e a

previsibilidade do sistema de regras internacionais que sustentou a expansão do comércio global por mais de sete décadas.

Em terceiro lugar, as reconfigurações das cadeias globais de valor, impulsionadas pela pandemia, pelas tensões geopolíticas e pelos imperativos da transição digital e energética, estão redesenhando a geografia da produção e do comércio internacional. O binômio eficiência-resiliência substituiu progressivamente o paradigma de *pure efficiency* como critério orientador das decisões de localização produtiva, com implicações profundas para os modelos de inserção internacional dos países em desenvolvimento.

Em quarto lugar, a ascensão da China como potência econômica e tecnológica global constitui a transformação geoeconômica mais significativa do século XXI, com consequências de longo alcance para a distribuição do poder econômico e para a governança das instituições internacionais. A gestão das tensões sino-americanas em domínios como tecnologia, comércio, moeda e normas internacionais representará o principal desafio da governança econômica global nas próximas décadas.

Em quinto e último lugar, os desafios impostos pela sustentabilidade ambiental e pela digitalização ao sistema de comércio internacional exigem uma renovação profunda dos instrumentos de política econômica e dos marcos regulatórios globais. A integração dos objetivos climáticos nas políticas comerciais por meio de mecanismos como o CBAM europeu e a incorporação de capítulos ambientais nos acordos comerciais, bem como a regulamentação do comércio de serviços digitais e dos fluxos transfronteiriços de dados, constituem as fronteiras mais dinâmicas e controversas da agenda econômica internacional contemporânea.

Conclui-se que a economia e o mercado internacional situam-se em um momento de encruzilhada histórica. A trajetória futura do sistema econômico global dependerá, em grande medida, da capacidade dos países e especialmente das potências que moldam as regras do sistema de encontrar equilíbrios sustentáveis entre os imperativos de eficiência, resiliência, equidade e sustentabilidade. Para os países em desenvolvimento, e em particular para o Brasil, a compreensão rigorosa dessas transformações é condição sine qua non para a formulação de estratégias de inserção internacional que promovam o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, compatível com os objetivos sociais e ambientais da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; RESTREPO, P. Robots and jobs: evidence from US labor markets. **Journal of Political Economy**, v. 128, n. 6, p. 2188-2244, 2020.

ALMEIDA, P. R. de. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

BHAGWATI, J. N. US trade policy: the infatuation with free trade areas. In: BHAGWATI, J. N.; KRUEGER, A. O. (org.). **The Dangerous Drift to Preferential Trade Agreements**. Washington, D.C.: AEI Press, 1995.

DHINGRA, S. et al. The costs and benefits of leaving the EU: trade effects. **Economic Policy**, v. 32, n. 92, p. 651-705, 2017.

EVENETT, S. J. What endgame for the deglobalisation narrative? **Intereconomics**, v. 57, n. 6, p. 345-351, 2022.

FAJGELBAUM, P. D.; KHANDELWAL, A. K. The economic impacts of the US–China trade war. **Annual Review of Economics**, v. 14, p. 205-228, 2022.

FLEMING, J. M. Domestic financial policies under fixed and under floating exchange rates. **IMF Staff Papers**, v. 9, n. 3, p. 369-380, 1962.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook, April 2009**: crisis and recovery. Washington, D.C.: IMF, 2009.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook, October 2023**: navigating global divergences. Washington, D.C.: IMF, 2023.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GLOBAL TRADE ALERT (GTA). **Global Trade Alert Database**. St. Gallen: University of St. Gallen, 2023. Disponível em: https://www.globaltradealert.org. Acesso em: 4 ago. 2026.

HECKSCHER, E. F. The effect of foreign trade on the distribution of income. **Ekonomisk Tidskrift**, v. 21, p. 497-512, 1919.

HELPMAN, E.; KRUGMAN, P. **Market Structure and Foreign Trade**: increasing returns, imperfect competition, and the international economy. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

KRUGMAN, P. Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. **Journal of International Economics**, v. 9, n. 4, p. 469-479, 1979.

KRUGMAN, P. Scale economies, product differentiation, and the pattern of trade. **American Economic Review**, v. 70, n. 5, p. 950-959, 1980.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. **International Economics**: theory and policy. 11. ed. New York: Pearson, 2018.

LEONTIEF, W. Domestic production and foreign trade: the American capital position re-examined. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 97, n. 4, p. 332-349, 1953.

MELITZ, M. The impact of trade on intra-industry reallocations and aggregate industry productivity. **Econometrica**, v. 71, n. 6, p. 1695-1725, 2003.

MUNDELL, R. A. Capital mobility and stabilization policy under fixed and flexible exchange rates. **Canadian Journal of Economics and Political Science**, v. 29, n. 4, p. 475-485, 1963.

OBSTFELD, M.; ROGOFF, K. **Foundations of International Macroeconomics**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.

OHLIN, B. **Interregional and International Trade**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1933.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **World Trade Report 2023**: re-globalization for a secure, inclusive and sustainable future. Geneva: WTO, 2023.

PETRI, P. A.; PLUMMER, M. G. **East Asia decouples from the United States**: trade war, COVID-19, and East Asia's new trade blocs. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2020. (PIIE Working Paper, n. 20-9).

PREBISCH, R. **The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems**. New York: United Nations (ECLA), 1950.

REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. **This Time Is Different**: eight centuries of financial folly. Princeton: Princeton University Press, 2009.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. [1817]. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

RODRIK, D. **The Globalization Paradox**: democracy and the future of the world economy. New York: W. W. Norton, 2011.

RODRIK, D. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016.

ROSE, A. K. One money, one market: the effect of common currencies on trade. **Economic Policy**, v. 15, n. 30, p. 8-45, 2000.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. [1776]. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

STOLPER, W.; SAMUELSON, P. Protection and real wages. **Review of Economic Studies**, v. 9, n. 1, p. 58-73, 1941.

UNCTAD. **World Investment Report 2023**: investing in sustainable energy for all. Geneva: United Nations, 2023.

VINER, J. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

WINTERS, L. A.; McCULLOCH, N.; McKAY, A. Trade liberalization and poverty: the evidence so far. **Journal of Economic Literature**, v. 42, n. 1, p. 72-115, 2004.